

DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2018



OURÉM
MUNICÍPIO



6. O Orçamento por objetivos definidos em Opções do Plano

6.1 – Educação

Eixos estratégicos

Na definição do Plano de Ação para a Educação delinear-se-ão 7 eixos estratégicos de intervenção desta unidade conforme se especifica.

Eixo 1 - Planeamento e dinâmica local da educação

Percecionar a realidade como um todo e desenvolver programas integrados de intervenção, que aglutinam esforços e recursos e definem prioridades integradas nas políticas nacionais e locais, são princípios fundamentais do Plano de Ação Local para a Educação para o ano económico em apreço. Perspetiva-se a realização de um trabalho que reforce a articulação dos diferentes projetos educativos dos estabelecimentos escolares (públicos e privados). O espaço privilegiado para este trabalho será o Conselho Municipal de Educação onde se pretende conciliar as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promover a gestão integrada dos recursos e inserir a intervenção educativa numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade. Este trabalho tem em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Município, trabalho a realizar em estreita articulação com o Ministério da Educação, os estabelecimentos escolares públicos, privados e do ensino cooperativo do Município e as equipas responsáveis pela elaboração do Plano Diretor Municipal, o Plano de Desenvolvimento Social, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação.

Pretende-se dar continuidade ao processo de consolidação e avaliação das atividades de enriquecimento curricular, competência transferida por Contrato de Execução, na qual incluímos a adaptação ao meio aquático das crianças do ensino 1.º CEB.

Numa fase mais amadurecida do processo de autonomia, administração e gestão escolar importa fortificar o trabalho do Município e dos restantes elementos presentes num dos órgãos de administração e gestão, o Conselho Geral, desenvolvendo um papel cada vez mais ativo no exercício das suas competências.

No âmbito da saúde escolar pretende-se implementar o serviço de nutrição e dietética de apoio a crianças e jovens, melhorar as condições de higiene e segurança alimentar através de realização de vistorias periódicas e elaboração de recomendações, promover a uniformização dos serviços e melhorar a qualidade nutricional das refeições, através da elaboração de ementas cíclicas, e apostar na formação de manipuladores de alimentos junto das entidades prestadoras de refeições.

Em termos de atividades e projetos iremos privilegiar o apoio à concretização dos planos de atividades dos Agrupamentos, através da cedência de espaços, recursos, transportes e aquisição de equipamentos, entre outro tipo de iniciativas. Perspetiva-se a realização de três iniciativas de maior expressão: a festa da criança, a abertura oficial do ano letivo 2018/19 e o fórum estudante, trabalho que resultará dos contributos dos parceiros da educação.

Eixo 2 – PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação

Neste domínio pretende-se promover rastreios de visão e audição aos alunos do ensino pré-escolar, equipar vários estabelecimentos de ensino com material informático, desenvolver um Centro Local para a Promoção do Sucesso, desenvolver atividades tecnológicas e experimentais na educação, para promoção da cultura científica. Neste domínio deverá ainda ser revista a Carta Educativa do Município (processo em curso com a colaboração da CIMT), instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios educativos, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer.

Eixo 3 - Parque Escolar

No domínio do parque escolar a perspetiva é a de articular o reordenamento da rede escolar do concelho em consonância com as orientações do MEC e com as necessidades locais, garantir instalações e equipamentos escolares de qualidade em todos os níveis de ensino e planear a utilização dos estabelecimentos devolutos. O ordenamento da rede escolar apresenta duas vertentes distintas. Por um lado, uma concentração de estabelecimentos em centros escolares com uma oferta de recursos e serviços considerável, num ambiente escolar moderno e ajustado à vida familiar. Por outro, a preocupação pelos estabelecimentos unitários onde apesar de não terem o modelo dos CE, reúnem condições físicas, recursos e um ambiente integrado e acolhedor na comunidade local que, com as facilidades de acesso a Atividades de Apoio e Animação à Família (pré-escolar), Componente de Apoio à Família e refeições escolares e algumas melhorias a introduzir no espaço externo, garantem a equidade no ensino deste território.

O investimento previsto para reabilitação, ampliação ou beneficiação dos estabelecimentos educativos do ensino Pré-escolar e 1.º CEB centra-se fundamentalmente na criação de melhores condições no exterior dos espaços escolares, uma vez que se reconhece que o edificado se encontra em bom estado de conservação, as quais favorecerão um desenvolvimento equilibrado com uma componente lúdica e desportiva, favorecedora das interações com o seu grupo de pares. Expressa-se neste ponto a preocupação pela rentabilização dos recursos existentes e uma racionalização das aquisições nesta matéria expressa na postura de que só se realizam investimentos materialmente relevantes em equipamento, em estabelecimentos que, à partida, sabemos que não serão integrados nos futuros centros escolares.

Os serviços encontram-se em fase de elaboração do estudo de beneficiação da Escola E/B 2,3 do Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão.

No que concerne a investimentos serão de reportar os seguintes projetos:

- a) Centro Escolar de Caxarias

Este projeto, com execução a iniciar em finais de 2018, estará ainda sujeito à apreciação de eventual alteração da localização do investimento previsto no âmbito de candidatura a fundos comunitários, conforme contratualização estabelecida no seio da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) no âmbito da ITI (Investimentos Territoriais Integrados).

O projeto inicial, a realizar no CE de Carvoeira, prevê uma tipologia 4+3 (4 salas do 1.º CEB e 3 do ensino pré-escolar). O projeto contempla duas dimensões distintas: obras de beneficiação do edificado existente e uma aplicação. O objetivo fundamental prende-se com a melhoria significativa das condições educativas no principal estabelecimento escolar do território educativo de Caxarias. Consideramos que a conceção do espaço ao prever uma melhoria do refeitório, a existência de uma biblioteca com espaço informático e uma sala de ciências, gabinete para docentes, espaço para unidades de ensino estruturado, sala de reuniões e de coordenação, um espaço multiusos/polivalente que favorece a realização das atividades de enriquecimento curricular, tem as condições favoráveis ao desenvolvimento de um bom projeto educativo. A sua estruturação com espaços para atividade de animação e apoio à família (AAAF) e componente de apoio à família (CAF), dinamizadas pelo Clube Aprender e Brincar (um serviço público) também evidencia a preocupação pela compatibilização da vida das famílias com o acesso ao ensino das crianças. Consideramos que este CE poderá constituir-se como um equipamento educativo de referência na zona norte do concelho e potenciar as sinergias da comunidade local e, a médio prazo, poderá vir a integrar alunos de mais duas escolas localizadas nas proximidades, designadamente a Mata e Casal dos Bernardos. Potenciará a rentabilização de recursos humanos, meios técnicos e pedagógicos, corresponderá claramente a um espaço com as melhores e mais modernas condições educativas para estas crianças.

Consideramos que o modelo de gestão pedagógica do CE de Carvoeira passa pelo Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, o equipamento é da propriedade e responsabilidade do Município, cabendo-se as responsabilidades inerentes às competências municipais em matéria de educação, designadamente a

manutenção e conservação dos espaços e equipamentos. As Atividades de Animação e Apoio à Família e a Componente de Apoio à Família são desenvolvidas pelo Clube Aprender e Brincar, serviço que resulta da parceria entre o Agrupamento de Escolas, O Município e a Ourémviva (entidade empresarial municipal).

A alteração que se pretende promover ao contexto inicial, é a modificação da localização deste investimento, tramitando para edificado novo junto à EB/2/3 de Caxarias, tendo em vista uma maior racionalização e maximização de recursos e sinergias, resultantes da proximidade e complementaridade a infra-estruturas e meios já existentes. Consequentemente, mantém-se a área de influência, nem como a designação de um centro escolar com 7 turmas (3 turmas de JI e 4 e EB1).

b) Centro Escolar de Fátima – Pastorinhos

Este Centro Escolar, pretende afetar alunos da freguesia de Fátima que residam nos aglomerados urbanos externos à cidade de Fátima, designadamente Boleiros e Maxieira.

c) Centro Escolar de Atouguia

A existência de dois edifícios escolares na sede de Freguesia da Atouguia levanta algumas dificuldades na gestão da vida escolar obrigando a contínuas deslocações de alunos do 1º CEB para usufruírem de espaço de refeição e atividades de tempos livres. A construção recente do JI com todos os equipamentos de Refeitório, Biblioteca e Centro de Recursos e o facto de apenas ser frequentado por uma turma de JI, leva à reflexão da possível ampliação deste espaço para o acolhimento integrado do ensino pré-escolar e 1º CEB num modelo de Centro Escolar.

d) APDAF

Obra de recuperação do Edifício da APDAF (antiga escola EB1), inclui a remodelação das casas de banho, pinturas interiores e exteriores, fornecimento e aplicação de pavimento em linóleo, fornecimento e montagem de estores interiores, limpeza da cobertura e substituição pontual, substituição de telas de impermeabilização,

remodelação do campo de jogos, corrimões dos degraus de acesso ao recreio e medidas de autoproteção.

e) Beneficiação do Centro Escolar do Olival

Este investimento inclui drenagem de águas pluviais, rede de rega e arranjos exteriores (pavimento, alguns equipamentos e vegetação).

f) Requalificação da EB1 do Cercal

Neste âmbito prevê-se a execução de vedação exterior, remodelação de sanitários, substituição de vãos, portas e janelas, substituição do pavimento das salas de aula do piso 0, revestimento de paredes e tectos, acesso viário ao recinto (rampas e escada), sistema de cobertura do parque infantil e respetivos equipamentos, horta pedagógica, marcação de pavimento com jogos, ringue de jogos, reparação do piso na área do recreio e algum mobiliário.

Eixo 4 – Transportes

4.1. Transportes escolares

Verificam-se constrangimentos neste domínio, designadamente a dificuldade manifestada pelas empresas concessionárias dos transportes públicos em garantir horários mais adequados às necessidades dos alunos. Veja-se a título exemplificativo, os alunos residentes na União de Freguesias Matas e Cercal e na Freguesia de Espite são atraídos para o Município de Leiria porque os horários de transportes para as escolas de referência, no caso Escola Básica e Secundária de Ourém e a Escola EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, são menos atrativos nos tempos de espera e na distância também é superior, tendo reflexos no custo do transporte a imputar ao sector público e ao aluno. Esta situação verifica-se também na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais onde a atratividade recai nos Municípios de Alvaiázere e Pombal. Esta situação já não é tão expressiva quanto o que fora nos anos anteriores, dadas as melhorias introduzidas neste ano letivo, mas continuamos a almejar melhorias que permitam uma maior atratividade às escolas do concelho.

A frota dos transportes públicos, composta por veículos que cumprem a legislação em vigor para o sector público não prevê o ajustamento à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, permitindo que haja uma sobrelotação da ocupação no veículo o que significa que os alunos poderão ser transportados em pé. Este tem sido um ponto crítico no transporte dos alunos, apontado por pais, escolas e restante comunidade escolar, o qual merecerá a contínua discussão já travada com as concessionárias, mas cuja resolução se prevê difícil porque há um vazio legal nesta obrigatoriedade.

Face ao descrito, o município está a desenvolver um estudo da *rede e serviço de transportes integrado*, conjuntamente com a CIMT que tem como objetivo avaliar estas questões e servir de base a uma reflexão sobre novas propostas de melhoria neste domínio. Pretende-se aprofundar o campo de negociação dos horários e circuitos com as concessionárias de transportes públicos na área, para que haja uma melhor prestação e adequação do serviço de transportes públicos às necessidades específicas dos transportes escolares.

Apesar das implicações financeiras dos transportes adequados a crianças portadoras de deficiência ou com necessidades educativas especiais, assumidas integralmente pelo Município, iremos continuar a apostar na criação das condições mais favorecedoras a um ensino adequado às necessidades dos alunos.

4.2 Transportes, visitas de estudo e demais atividades escolares

Perspetiva-se a continuação do apoio em transportes para as visitas de estudo, projetos e demais atividades escolares criando as condições favorecedoras ao cumprimento dos projetos educativos das escolas e planos de ação estratégica.

Eixo 5 - Família em contexto escolar

Na ótica de apoiar a família na prevenção e combate ao abandono escolar e à exclusão social iremos reforçar as parcerias neste domínio das crianças e jovens em risco social através da articulação com as estruturas locais designadamente a

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Intervenção Precoce, o Núcleo Local de Inserção, o Centro de Recursos para a Inclusão, as instituições particulares de solidariedade social, a Saúde, a Segurança Social, e demais serviços que promovem a inclusão social. O apoio no transporte de alunos integrados em programas específicos no combate ao absentismo e de alunos em situações de carência socioeconómica grave, como o PIEC, CEF, EFA, entre outros, é outra das apostas neste domínio do apoio escolar e familiar. A estas juntam-se o apoio psicossocial a famílias, o programa permanente de recolha e entrega de bens acionado sempre que o estabelecimento escolar nos referencia uma situação de necessidade de bens primários.

As atividades de animação e apoio à família, a componente de apoio à família e o programa de generalização de refeições escolares constituem respostas destinadas aos alunos, garantindo a prestação de uma refeição saudável, o acompanhamento das crianças na componente não letiva e o apoio às famílias.

Quanto à ação social escolar irão considerar-se os processos apresentados ao longo do ano refletindo os pedidos nos benefícios das refeições escolares de modo a garantir o acesso generalizado às refeições escolares.

Eixo 6 - Saúde Escolar

Em termos de saúde escolar pretende-se manter as vistorias periódicas e a elaboração de recomendações, a comemoração do Dia Mundial da Alimentação. Pretendemos implementar rastreios em contexto escolar, nos domínios: auditivo, ótico e dentário (título experimental).

Eixo 7 – Atividades/projetos específicos

Neste ponto damos destaque a três atividades: a Festa da Criança, a Abertura Oficial do ano letivo 2018/2019 e o Fórum Estudante.

Destaque ainda para a medida de Apoio à Natalidade e Infância, a qual ainda carece de definição em regulamento, ação sujeita à prévia auscultação e participação da população, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, razão pela qual,

apenas após a definição efetiva do respetivo regulamento é que será exequível um apuramento financeiro assertivo das medidas neste contempladas.

6.2 – Cultura, Desporto e Tempos Livres

Princípios orientadores

A proposta de programa de ação cultural e desportiva do Município para 2018 assenta em quatro eixos: Cultura e Coesão Social, Território e Regeneração Urbana, Competitividade e Empreendedorismo, Cidadania e Participação Autárquica. Rege-se por três princípios de atuação sincronizados:

1. Princípio de intervenção, com resultados a médio prazo

Programação e execução em vários projetos de natureza material e imaterial (nas valências patrimoniais, culturais e desportivas). Na valência cultural e patrimonial, especificamente na sua vocação turística, é fundamental providenciar a criação/consolidação de infraestruturas físicas, técnicas e de outra natureza que garantam as condições necessárias para o acolhimento eficiente dos turistas/visitantes. Todo o processo requer um trabalho programado, concertado e continuado, o qual tem reflexos a médio/longo prazo.

Este princípio reflete sobretudo os eixos de cultura e coesão social, território e regeneração urbana e competitividade e empreendedorismo.

2. Princípio de dinamização continuada do Município nas valências cultural, desportiva e de apoio à juventude.

Propõe-se uma agenda regular de iniciativas que garanta uma oferta diversificada e de qualidade aos cidadãos e uma participação dinâmica do Município, promovendo a descentralização de manifestações e projetos de fruição cultural e desportiva, envolvendo os agentes locais de cultura e desporto.

Este princípio reflete os eixos de cultura e coesão social, cidadania e participação autárquica.

3. Princípio voltado para sustentabilidade, numa otimização e rentabilização de recursos humanos, materiais e técnicos próprios do Município, capacitando-os permanentemente através da formação formal e informal.

Este princípio sustenta os quatro eixos acima expostos.

Associativismo

As medidas de apoio regem-se pelo regulamento de apoio ao associativismo publicado em Diário da República de 26 de novembro de 2010 e prevêm os seguintes programas de apoio:

- Programa A – Apoio ao desenvolvimento cultural, recreativo e desportivo à realização de atividades;
- Programa B – Apoio à aquisição de bens e serviços;
- Programa C – Apoio ao investimento;
- Programa D – Apoio a atletas de alta competição;
- Programa E – Apoio às classificações e realizações de mérito desportivo e cultural.

O apoio aos programas acima constantes será feito através das seguintes modalidades, condicionadas à disponibilidade de resposta do município:

Atribuição de apoios financeiros anuais

A atribuição de apoios financeiros anuais é feita mediante critérios de apreciação estabelecidos em regulamento de apoio ao associativismo.

Nos termos do regulamento, nesta modalidade de apoio serão ponderados critérios materialmente objetivos em termos de encargos e resultados das dinâmicas culturais e desportivas. São exemplos: o número de praticantes federados, os títulos conquistados, a aquisição de fardamentos, cenários, instrumentos musicais, os resultados alcançados, os financiamentos obtidos, as realizações em parceria com outras entidades, o número de associados.

No decurso de 2018, pretende-se promover uma revisão ao regulamento de apoio ao associativismo vigente.

Apoio financeiro pontual

Serão apoiadas iniciativas não previstas em plano anual de atividades, desde que apresentem mérito desportivo e cultural excecional.

Comparticipação financeira e/ou cooperação técnica na construção/beneficiação de instalações culturais e desportivas

Esta medida aplica-se através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as coletividades desportivas e com celebração de protocolos ou contratos-programa de desenvolvimento cultural para as coletividades culturais.

Cedência gratuita da utilização de edifícios (nomeadamente de escolas EB1 atualmente inativas)

Promove-se o apoio de espaços do município para o funcionamento das sedes das coletividades, ou para a realização de reuniões ou outras iniciativas pontuais; e disponibilização gratuita de instalações culturais e desportivas (cineteatro municipal, pavilhões desportivos, piscinas municipais) para a dinamização de atividades respetivas.

Disponibilização de bens e serviços ou património tutelados pelo município

Neste contexto, cede-se a utilização de bens móveis do município, no âmbito das atividades desenvolvidas pelas associações, tais como cadeiras, palco, som, iluminação, entre outros.

Disponibilização de transporte gratuito

Assenta nas normas de cedência gratuita de transporte às coletividades culturais e desportivas em vigor.

As demais utilizações de transporte serão enquadradas no regulamento dos transportes municipais.

Apoio na divulgação/promoção

Promove-se o apoio na divulgação e promoção das iniciativas culturais e desportivas promovidas pelas coletividades.

Apoio à formação

Em 2018, o Município, em parceria com a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto promove um programa de (in)formação destinado a responder a necessidades de formação dos agentes associativos que operam nos diferentes segmentos de desenvolvimento cultural e desportivo (dirigentes, treinadores, monitores, funcionários,...). A formação é sustentada no protocolo de cooperação entre as Partes.

A seleção dos módulos de formação resulta da avaliação das principais lacunas/necessidades registadas pelas coletividades nos últimos anos. O plano de (in)formação responde às preocupações de base das coletividades, sendo transversal a matérias associativas específicas a modalidades culturais ou desportivas, o que permite o seu benefício pela generalidade das associações concelhias.

Eventos – Cultura

- 2018 CENOURÉM - XX Festival de Teatro Amador de Ourém

Em 2018 celebra-se a 20.^a edição do CenOurém, o que justifica uma celebração mais ampla através de dois olhares: um olhar retrospectivo e um olhar prospetivo, envolvendo toda a comunidade que participou na dinamização deste festival e nas ações de teatro amador no concelho desde 1998 até ao presente.

A CenOurém decorre durante o primeiro semestre do ano (entre março e maio), abrangendo a celebração do Dia Mundial do Teatro (27 de março). O projeto é dinamizado por coletividades e por escolas residentes no concelho com teatro amador, que pode compreender entre 7 (sete) e 12 (doze) participações, em função número de inscrições.

- XIX Via-Sacra ao vivo na Vila Medieval

Dramatização das últimas passagens da vida de Cristo - da última ceia à crucificação - por residentes do Município, em especial da Freguesia de N.ª Sr.ª das Misericórdias. A iniciativa decorre na semana de 25 de março a 1 de abril. Tem várias participações institucionais: Município de Ourém, Paróquia de N.ª Sr.ª das Misericórdias, Freguesia de N.ª Sr.ª das Misericórdias, Sociedade Filarmónica Ouriense, Pousada Conde de Ourém, Bombeiros Voluntários Ourém, Forças de Segurança Pública e Agrupamento de Escuteiros das Misericórdias.

- I Festa do Livro de Ourém (2018)

Sinopse: A atividade decorrerá de 18 a 25 de abril, em estreita colaboração com os Agrupamento de Escolas, Colégios e Associações do Concelho e ainda a Livraria Arquivo, em moldes idênticos aos da Feira do Livro, com algumas alterações.

- 25 de Abril

Comemoração oficial e iniciativas temáticas que deverão promover o debate e a reflexão da história e da atualidade da democracia em Portugal. A iniciativa decorrerá sobretudo durante a noite de 24 de abril e ao longo do dia 25 de abril (quarta-feira), incluindo as cerimónias oficiais junto dos Paços do Concelho.

- Dia Mundial da Dança - 29 de Abril

O Dia Mundial da Dança (29 de abril, domingo) deverá ser celebrado em Ourém, com a participação de escolas de dança do concelho e outros agentes das artes performativas, profissionais e amadores.

- Festas do Município de Ourém

A celebração, sendo transversal ao Município.

- Dia Internacional da Juventude

No dia 12 de agosto (dia internacional da juventude), é promovido um programa de iniciativas promovidas com e para os jovens, que passam designadamente pela disponibilização de acesso gratuito a estruturas e serviços municipais com interesse para os jovens.

- Exposição itinerante “Folclore de Ourém - trajos e tradições” – designação provisória

A partir de um trabalho de parceria com os Ranchos e Grupos de Folclore do concelho, propõe-se a conceção, produção e circulação de trajos e peças representativas da etnografia de Ourém pelas várias sedes de Ranchos e grupos de Folclore do concelho. O conceito deverá ser amadurecido em conjunto com os agentes de folclore de Ourém.

Eventos – Desporto

Atividades regulares	Mês	Local
“Passo a Passo” - caminhadas pelas freguesias (13)	Anual	Concelho
Marcha e corrida - Grupo de Ourém (1 vez por semana)	Anual	Ourém
Marcha e corrida - Grupo de Fátima (2 vezes por semana)	Anual	Fátima
Ourém Fitness	julho	Fátima

O programa de eventos desportivos será estruturado ao longo de 2018 com iniciativas que se enquadrem na estratégia política do Município.

Atendendo à camada associativa expressiva na área do desporto, à sua forte mobilização e dinâmica e capacidade organizativa, o Município centrará a sua ação sobretudo na co-organização de iniciativas e parceria com as mesmas.

Equipamentos de Cultura, Desporto e Juventude

ESPAÇO JOVEM

Plataforma ao dispor dos jovens para divulgação de projetos e para a dinamização de iniciativas que promovam o desenvolvimento humano e o bem-estar, aliados à fruição e ao lazer. Integra as valências da Loja Ponto Já, Centro de Marcha e Corrida e a sede do Conselho Municipal da Juventude. Iniciativas associadas a matérias de juventude e desporto.

BALCÃO PONTO JÁ

O balcão "Ponto Já" funciona na Biblioteca Municipal de Ourém.

É ali possível aceder à Internet gratuitamente e obter aconselhamento em várias áreas desde a saúde à formação profissional, com atendimento anónimo e profissional. Podem ainda ser obtidas informações sobre: Portal 65 Jovem, orientação vocacional de jovens, Esclarecimento sobre programas do IPDJ, programas juvenis na Europa, apoio na procura de emprego, associativismo, cidadania, desporto, empreendedorismo, saúde e sexualidade juvenil, turismo e tempos livres e voluntariado Jovem.

Conselho Municipal da Juventude de Ourém (CMJO)

É um órgão consultivo do Município, constituído em 8 de março de 2012, ao qual compete pronunciar-se sobre todos os assuntos de interesse para o município, relacionados com a juventude. Funciona como um espaço privilegiado de diálogo e

análise dos problemas da juventude, visando a promoção de atividades / iniciativas de e para os jovens.

Prémio Jovem Universitário de Ourém

O Município de Ourém institui o *Prémio Universitário de Ourém*. Este prémio anual entrou em vigor no ano letivo 2016/2017 e tem como objetivo incentivar a realização e promover a divulgação de trabalhos académicos relacionados com o concelho de Ourém. Os trabalhos deverão ser realizados por licenciados, mestrados ou doutorados.

GALERIA DOS PAÇOS

A Galeria dos Paços, sediada no edifício-sede do Município, acolhe exposições (preponderantemente de arte e artesanato) e demais ações de divulgação cultural e sensibilização para causas da cidadania.

OFICINA DE ARTES

Esta Oficina funciona como uma plataforma de produção e interação artística permitindo aos munícipes e visitantes usufruírem de um espaço dedicado à produção e formação artística. O seu funcionamento assenta nos seguintes objetivos funcionais:

- promoção da expressão artística, desde a conceção, passando pela produção e partilha nos diferentes domínios artísticos;
- acolhimento de artistas conceituados e amadores, residentes e visitantes;
- espaço de cruzamento entre a pedagogia e a criação artística com contributo para uma melhor cidadania através do investimento na formação individual;
- espaço de iniciativas culturais de outra índole, em articulação com a valência da produção e formação artística.

BIBLIOTECA MUNICIPAL

A Biblioteca Municipal está a desenvolver o processo de adesão às bibliotecas Públicas, o que constitui uma importante conquista, porque lhe permite aderir a programas de apoio até ao momento inviabilizados.

Programação prevista para a Biblioteca Municipal:

- Espetáculo “Auto da Barca do Inferno” pela Companhia de Teatro “O Sonho” - Sinopse: A atividade a realizar no dia 26 de fevereiro, às 11h00, no Cineteatro Municipal de Ourém, no âmbito do processo de candidatura “Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar” (com a CIMT/Rede de Bibliotecas Públicas Municipais do Médio Tejo - PEDIME). Público-alvo: Alunos do 9.º ano | Participação gratuita.
- Uma noite na biblioteca - Sinopse: A atividade “Uma noite na biblioteca” permite às crianças vivenciar uma noite diferente, no meio dos livros que elas habitualmente só visitam durante o dia.
- (Con)tributos - Sinopse: Atividade de encontro com a comunidade de leitores à volta de temas ligados à Ilustração e à Literatura (como por exemplo um autor, um livro, correntes ou géneros literários).
- Teatro Musicado em Família - Sinopse: Hora do Conto com música, destinado a crianças a partir dos 12 meses, acompanhadas de um adulto, dinamizado pela contadora de histórias da “PAM – Primeira Aula de Música”, Helena Caetano.
- Mini yoga entre livros - Sinopse: Aula de Yoga dinamizada pela instrutora Cristina Santos, que pretende ajudar as crianças a trabalhar o seu ser como um todo, através de histórias, música, jogos, exercícios e relaxamento.
- VIII Concurso Concelhio de Leitura - Organizado pelo Grupo de Trabalho da Rede de Bibliotecas de Ourém. O Concurso Concelhio de Leitura de Ourém constitui uma adaptação, para os 1.º e 2.º Ciclos, do projeto proposto pelo Plano Nacional de Leitura que, em articulação com a RTP, com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e com a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) pretende promover a leitura nas escolas de uma forma lúdica. Tem como objetivos principais estimular a prática da leitura entre os alunos dos 1.º e 2º Ciclos do Ensino Básico (3.º ao 6.º ano) e avaliar a compreensão da leitura de obras literárias pelos estudantes destes níveis de ensino das escolas e colégios de todo o concelho.

- Café com letras - Sinopse: Distribuição de marcadores de páginas com pensamentos e poemas de autores consagrados pelos cafés da sede de Concelho em dias especiais como o “Dia do Livro e dos Direitos de Autor” e o “Dia da Poesia”.
- Este livro é mesmo assim? - Hora do Conto no espaço infantil da BMO, à volta da obra “O livro sem bonecos” de Novak, B. J.
- Histórias com... animais - Hora do Conto dedicada às crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no espaço infantil da BMO, seguida de atividade de expressão plástica, à volta do livro “Óscar e Faísca” de Claire Freedman.
- Férias com histórias (verão) - Hora do Conto dedicada às crianças dos 3 aos 11 anos, no espaço infantil da BMO, seguida de atividade de expressão plástica.
- Afetos e uma manta – Sénior: Encontros com o público sénior à volta do livro “A Manta” de Isabel Minhós Martins, na Biblioteca Municipal de Ourém. A história é contada com recurso a uma manta de retalhos. No final, cada grupo traz mais um pedaço de tecido, que é acrescentado à manta, contando a história do mesmo. É registada por escrito a história que cada grupo criar.
- Mês das Bibliotecas Escolares - Atividade organizada a propósito da comemoração do Mês das Bibliotecas Escolares pelo Grupo de Trabalho Concelhio da Rede de Bibliotecas de Ourém e pelos alunos dos Agrupamentos de Escolas de Ourém, Conde de Ourém, Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, de Caxarias, do Centro de Estudos de Fátima e do Colégio Sagrado Coração de Maria.
- Férias com histórias (pausa do Natal) - Oficina de leitura de uma história às crianças dos 03 aos 11 anos, no espaço infantil da BMO. A obra utilizada será “Eu sei tudo sobre o Pai Natal” de Nathalie Delebarre.
- Exposição da Rede de Bibliotecas Públicas Municipais do Médio Tejo sobre os “INCÊNDIOS” - Projeto coletivo da Rede de Bibliotecas Públicas Municipais do Médio Tejo, com exposição que estará patente em simultâneo em todas as Bibliotecas da Rede, no último trimestre de 2018.
- Fora da Estante - Sinopse: Destaque bibliográfico que visa evidenciar temáticas de interesse para a comunidade de leitores.

MUSEU MUNICIPAL DE OURÉM (MMO)

O MMO é uma unidade de gestão museológica e patrimonial reticular, composta por várias unidades expositivas e interpretativas, ordenadas em torno da tríade coleção-território-população. Vocacionado para participar, com os ourenses, nos seus processos de reflexão e representações identitárias, em conexão com os de outras comunidades, o museu cumpre as suas funções museológicas, consolidando-as progressivamente num ajustamento entre os meios disponíveis e as prioridades de resposta aos seus objetivos, com destaque para três:

1. uma investigação consistente e sustentada num diálogo com a população residente, envolvendo-a nos processos de pesquisa (no terreno e no museu), bem como na conceção e na dinamização de programas científicos, expositivos e educativos, enquadrados no espetro funcional e temático do museu;
2. uma intervenção inclusiva nos patrimónios (material móvel e imóvel) e imaterial), valorizando-os na sua diversidade, independentemente da tipologia, propriedade ou tutela, e prosseguir uma gestão patrimonial e cultural integrada do território;
3. uma atuação voltada para a manifestação e fruição cultural descentralizada e para a captação das sinergias turísticas de Fátima para outros territórios do concelho.

Atualmente, o MMO é composto por três núcleos:

1. A **Oficina do Património** é o edifício sede de gestão museal e patrimonial. Acolhe as reservas, a oficina de conservação e restauro e o serviço educativo.
2. A **Casa do Administrador** é o núcleo expositivo principal. Foi a habitação de Artur Oliveira Santos, republicano e administrador do concelho que, em 1917, interrogou e alojou os três videntes de Fátima em sua casa. Administrador e videntes protagonizam o diálogo entre Fátima e Ourém, cidades que, por sua vez, comunicam com outros territórios concelhios, projetando um discurso de pluralidade e coesão. É lá que decorre a maioria do serviço educativo do museu.

3. A **Vila Medieval de Ourém**. A Galeria da Vila Medieval, além de acolher exposições de artes e o posto de turismo, guia os públicos no circuito de visita do burgo, apoiado também por suportes interpretativos para os visitantes autónomos. O castelo e paços dos condes de Ourém, a cripta do 4.º Conde de Ourém e a fonte gótica são algumas propostas de visita.

Casa do Administrador

A exposição de longa duração foi parcialmente renovada em 05.10.2017 (após 8 anos de permanência), e a exposição temporária “Crianças entre crianças: Os Pastorinhos de Fátima na Casa do Administrador” foi inaugurada pela mesma ocasião e deverá permanecer dois anos. Durante este período decorrerá o processo de avaliação junto dos públicos, para decisão quanto à sua permanência ou substituição. Todas as soluções expositivas apontadas para este edifício estão condicionadas à dimensão reduzida do espaço disponível, o que cria constrangimentos nas opções de programa, com os quais é necessário lidar e minimizar.

Galeria da Vila Medieval

Mediante uma comissão de consulta para a arte, são realizadas exposições regulares de arte (com duração de dois meses) que prestigiam a Vila Medieval de Ourém.

Serviço educativo e cultural

O serviço educativo e cultural do MMO propõe-se a abrir à comunidade, por uma via pedagógica e inteligível, as portas de um discurso decorrente de uma investigação e promove a cooperação ativa dos públicos. Enquadram-se neste domínio de atuação visitas guiadas, ações recreativas e lúdicas, palestras, experiências interactivas, seminários e espectáculos.

Ações a destacar no âmbito do MMO:

- 2018: Ano Europeu do Património Cultural
- **Acontece no Museu:** Uma iniciativa de amplo espectro, envolvendo autores, investigadores, artistas... e de campos temáticos abrangentes, como música,

teatro, áreas científicas, literatura e outras matérias que concorram para a difusão cultural e científica.

- **Palestras, workshops e outras ações formativas:** O MMO promove e acolhe iniciativas formativas/de divulgação, vocacionadas para públicos jovens e adultos, designadamente alunos naturais ou residentes no concelho. As iniciativas são realizadas mediante uma contextualização dos temas abordados pelo MMO. São pautadas pela diversidade e complementaridade de temáticas, inspiradas nos vários núcleos expositivos/interpretativos apensos a coleções diversas
- **Oficinas lúdico-pedagógicas:** As oficinas lúdico-pedagógicas decorrem dentro de portas no MMO (Casa do Administrador e Vila Medieval) e fora de portas, numa perspetiva de descentralização. A dimensão territorial do concelho (420 km² aprox.) e o número elevado de habitantes no concelho, designadamente da população infanto-juvenil nos estabelecimentos de ensino e utentes seniores em lares e centros de dia reforçam a aposta neste modelo descentralizado, através da deslocação aos estabelecimentos de ensino, IPSS e outras estruturas.
- **Datas comemorativas:** O serviço educativo associa-se a datas comemorativas que, de alguma forma, marquem expressões identitárias, valores de património e matérias de cidadania no âmbito da vocação do MMO, designadamente:
 - 21 de março (quinta-feira) - Dia Mundial da árvore;
 - 22 de março (quinta-feira) - Dia Mundial da água;
 - 28 de março (quarta-feira) - Dia Nacional dos Centros Históricos;
 - 29 de março (quinta-feira santa) - atividade de Páscoa;
 - 06 de abril (sexta-feira). Dia Mundial da atividade física;
 - 18 de abril (quarta-feira) - Dia Internacional dos Monumentos e Sítios;
 - 03 de maio (quinta-feira) - Dia do Sol;
 - 15 de maio (terça-feira) - Dia Internacional da Família;
 - 18 de maio (sexta-feira) - Dia Internacional dos Museus;
 - 19 e 20 de maio (sábado e domingo) - Noite dos Museus;
 - 22 de maio (terça-feira) - Dia Internacional da Biodiversidade;
 - 26 de julho (quinta-feira) - Dia Mundial dos Avós;
 - 7 de outubro (domingo) - Dia Nacional dos Castelos;

- 31 de outubro (quarta-feira) - Véspera do "dia do Bolinho";
 - 8 de novembro (quinta-feira) - Dia europeu da alimentação e da cozinha saudável;
 - 5 de dezembro (quarta-feira) - Dia mundial do solo;
 - 18 a 20 de dezembro (terça a quinta-feira) - Atelier de Natal.
- **Férias Arqueológicas – 9.ª edição:** Consiste na realização de escavações arqueológicas em locais com interesse patrimonial e potencial turístico para o Município e tem como objetivos principais envolver a comunidade estudantil e todos os interessados pela arqueologia nos processos de estudo, conhecimento e valorização dos resultados obtidos durante as campanhas respetivas.

Reporte dos principais projetos de investimento direto e indireto previstos no programa Cultura, Desporto e Tempos Livres:

a) Instalação do núcleo museológico Paços de Memória

A recuperação e requalificação do antigo edifício dos paços do concelho prevê a instalação de um núcleo museológico, com a designação *Paços de Memória*. O núcleo em programa responde aos quatro objetivos centrais do Museu Municipal de Ourém, com especial destaque para ações voltadas para a manifestação e fruição cultural descentralizada e para a captação das sinergias turísticas de Fátima para outros territórios do concelho.

Deverá funcionar como núcleo de cariz museológico, com funções evocativas dos edifícios da Câmara Municipal de Ourém, da municipalidade local e da passagem dos Pastorinhos de Fátima por Ourém. O programa deverá ser submetido à Direção Geral do Património Cultural – Departamento de Museus, Conservação e Credenciação.

b) Centro de Documentação Joaquim Ribeiro-Zambujal

Em 2017 foi celebrado o protocolo entre o Município de Ourém e Sérgio Ribeiro (SR), tendo como objeto a doação do património de livros, documentos e demais material cultural de SR ao Município e a criação de um Centro de Documentação Joaquim

Ribeiro-Zambujal na antiga Escola Primária do Zambujal, atualmente desativada. O tratamento do material (livros e documentos) será feito pelos técnicos da Biblioteca e Arquivo municipais.

c) Qualificação do auditório dos Monfortino

A qualificação do auditório no edifício dos Monfortinos dotará a cidade de Fátima de condições para a prática regular e qualificada, através das estruturas associativas com atuação no meio e de participações profissionais inseridas na programação cultural do Município.

d) Reabilitação de imóvel para atividade associativa cultural

Neste contexto, pretende-se promover a aquisição e reabilitação de imóvel central na cidade de Ourém, num contexto de função associativa cultural, contribuindo para a dinamização do núcleo central da cidade.

e) Coração de Fátima – Direitos de Autor

No âmbito Centenário das Aparições de Fátima foi implantada em Fátima uma escultura denominada de Coração de Fátima.

O seu autor expôs diversas vicissitudes relativas ao processo e particularmente um acordo estabelecido entre este e o Município de Ourém. Embora ainda sujeito a análise jurídica e financeira, complementado por um cabal esclarecimento dos factos, tendo como objetivo a salvaguarda do interesse municipal e reconhecendo-se a valia artística da peça de escultura em referência, equaciona-se a aquisição dos direitos de autor subjacentes.

f) Campos de Ténis e Paddle em Ourém

Esta ação pretende a construção de campos de ténis e a criação de condições para a prática do paddel em Ourém, concretamente no Parque da Cidade Dr. António Teixeira intervindo, essencialmente, na margem sul da Ribeira de Seiça

g) Criação do Passadiço do Agroal

Este investimento sob o qual se irá promover candidatura a fundos comunitários, pretende a criação de um passadiço pedonal no Agroal, promovendo a prática de atividades ao ar livre e a valorização do património natural deste território.

h) Capela de S. Sebastião

A consolidação e interpretação projetadas para o edifício devem ser entendidas como mais uma etapa da história do edifício cuja estrutura, com o aparelho à vista, permite ao observador interpretar a história do edifício. O projeto de consolidação e interpretação prevê a criação de um discurso museológico que conciliará o valor arquitetónico do imóvel com o valor histórico associado ao templo e à envolvente (como o acampamento das tropas de D. João I. a caminho da batalha de Aljubarrota (numa relação simbólica com a figura de D. Nuno Álvares Pereira, 3.º conde de Ourém, remetendo para outros pontos turísticos da rota de D. Nuno); ou os danos causados pelas invasões francesas).

Finalmente, este espaço será dinamizado com ações histórica e culturalmente relevantes e sintonizadas com o “espírito do lugar”.

O programa de intervenção compreende duas etapas:

- a consolidação da ruína,
- e a interpretação do templo e envolvente, mediante um programa museológico que trabalhará os conteúdos, os suportes interpretativos, a iluminação e a comunicação, numa identidade comum à dos núcleos do museu municipal que se encontram em funcionamento.

Ambas as etapas pressupõem a realização continuada da investigação bibliográfica (alguma já realizada), documental (a decorrer), arqueológica (a decorrer com a primeira campanha arqueológica). A abordagem antropológica é igualmente importante através da realização de trabalho de campo com a população de Ourém e particularmente a residente na freguesia de Atouguia.

6.3 – Ação Social

Na definição do Plano de Ação para os assuntos sociais delinear-se 10 eixos de intervenção desta unidade conforme se descreve no quadro seguinte, designadamente: rede social, intervenção social, habitação social, equipamentos sociais, saúde e bem-estar, igualdade de género, voluntariado, deficiência, envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações.

Eixo 1 – Rede Social

No âmbito da Rede Social salienta-se a necessidade de proceder à atualização do Plano de Desenvolvimento Social (processo já iniciado), adequando-o aos planos nacionais e ao Plano Estratégico do Médio Tejo, a aprovação do Plano de Ação 2018 e a elaboração da Carta dos Equipamentos Sociais.

Eixo 2 – Intervenção Social

Em matéria de intervenção pretende-se reforçar o apoio na emergência social, tanto através da ação social direta como através de acompanhamento psicossocial. Iremos dar continuidade a todos os apoios implementados, destacando-se os apoios às famílias, e reforçando-se a dinamização do Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens e a criação do apoio para a renda destinado a jovens em processos de autonomização. Pretende-se a consolidação do Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis. Prevê-se um eventual alargamento do acolhimento nacional de refugiados. Acompanhamento da Rede Local de Intervenção Social e do processo de consolidação da implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Social 3G dado que muitos dos objetivos deste trabalho passam pelo apoio do Município. A equipa irá ainda ter um acréscimo de trabalho decorrente da à implementação da medida de apoio à natalidade e infância.

Eixo 3 – Habitação Social

Ao nível de apoio ao arrendamento e de habitação social, será promovido o encaminhamento para os programas em vigor do Instituto de Habitação e Reabilitação

Urbana, tal como recuperação habitacional ao abrigo do Programa SOLARH. Equaciona-se a possibilidade de estudar uma medida de apoio nesta área.

Eixo 4 – Apoio ao Terceiro Setor

O investimento nos equipamentos sociais centra-se no apoio técnico e financeiro realizado no Contrato-Programa e protocolos com IPSS's para melhoria ou criação de respostas sociais ou aquisição de veículos adaptados às necessidades das instituições. No terceiro setor haverá um trabalho de estruturação de um regulamento de apoio que convergirá para a aplicação de medidas políticas nas instituições da economia social.

Eixo 5 – Saúde e Bem-Estar

Ao nível da saúde e bem-estar pretende-se dar apoio à comunidade escolar e à comunidade em geral. Para o efeito contaremos com o apoio das unidades de saúde. Haverá ainda um investimento significativo na formação na área da saúde mental com o propósito de ter recursos técnicos com maior capacidade para a criação de respostas nesta área (numa perspetiva supramunicipal).

Eixo 6 – Comissão de Proteção e Crianças e Jovens

Em matéria de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, considerando o expectável aumento do número de problemas sociais, entende-se que os esforços se devem centrar no trabalho técnico, realizando-se algumas dinâmicas que permitam o consolidar o apoio às famílias. A Comissão passará por um processo de adaptação ao modelo de funcionamento previsto nas atualizações legais, desde a presidência aos técnicos de apoio.

Eixo 7 – Igualdade de Género

No âmbito da Igualdade de Género perspetiva-se a elaboração do Plano da Igualdade de Género e Cidadania (aguardando-se novo financiamento para o efeito), a realização de formação nesta área, a sensibilização para a igualdade de género e cidadania nas IPSS e nas escolas.

Eixo 8 – Voluntariado

Pretende-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido no Centro Comunitário de Voluntariado, dinamizando a atividade do Ponto de Partilha, com o Espaço de Comércio Social e o Atelier Ocupacional. Serão realizadas atividades no âmbito do voluntariado e inserção social. Também assume especial destaque as campanhas de solidariedade. Haverá ainda um trabalho de estruturação para a implementação do Cartão + Social Voluntário Bombeiros e Dirigentes.

Eixo 9 – Deficiência

No apoio à deficiência verifica-se a necessidade de investir em mais algum equipamento com o banco de ajudas técnicas e a realização de pequenas intervenções no âmbito das acessibilidades, já programadas no Plano das Acessibilidades Locais.

Eixo 10 – Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações

Ao nível do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações destacamos duas atividades, o Passeio Sénior e a comemoração do Dia Internacional do Idoso.

Estão ainda previstas ações de divulgação e um reforço da aquisição de material técnico especializado destinado às avaliações psicológicas.

6.4 – Saúde

Embora os municípios não disponham de competências diretas nesta área, o Município de Ourém estará particularmente atento às funções exercidas pela Administração Central na área territorial inerente à sua jurisdição, com diligências junto dos responsáveis e de todas as entidades do setor.

Neste contexto será ainda de observar o investimento previsto executar definido no objetivo 12, particularmente no que concerne à implementação de Centros de Saúde em Sobral, Alburitel, Olival e Caxarias.

6.5 – Habitação e Urbanismo

Habitação

Neste contexto, pretende-se dar continuidade ao “Programa de Apoio aos Refugiados”, garantindo o acolhimento de famílias em risco, enquanto contributo para uma resposta de emergência humanitária que atualmente assola a Europa, decorrente do fluxo migratório oriundo, essencialmente, da Síria e do Norte de África.

Planeamento Urbanístico

- Plano Diretor Municipal (PDM)

O PDM está a ser revisto internamente, bem como com recurso a contrato de prestação de serviços estabelecido com a OurémViva e outras consultorias externas, designadamente no âmbito da avaliação ambiental, jurídica e na área do urbanismo e ordenamento do território. Importa realçar a importância que este projeto representa para o Município, tendo em consideração o conhecimento do território que se adquire, bem como o *know-how* referente ao desenvolvimento do procedimento de planeamento que se constituem como mais-valia para a autarquia.

Em 2018 deverá concluir-se a fase de concertação da proposta e subsequente fase discussão pública e publicitação.

- Planos de urbanização

Neste projeto estão integrados o Plano de Urbanização de Ourém (PUO) e o Plano de Urbanização de Fátima (PUF).

O PUO abrange o perímetro urbano de Ourém, foi iniciado em 1997 e a última proposta apresentada data de 2005, pretendendo-se apresentar uma proposta plano.

O PUF abrange o perímetro urbano de Fátima. Em 2015 verificou-se um procedimento de alteração o qual visou resolver desajustamentos identificados, os quais têm vindo a provocar alguns constrangimentos a uma adequada gestão urbanística. Em 2018, será previsível que se conclua a proposta de alteração do PUF e subsequente fase de discussão pública a publicação.

- Planos de pormenor

Neste âmbito dever-se-á encetar uma proposta de Plano de Pormenor de Salvaguarda da Vila Medieval, bem como concluir a alteração do Plano de Pormenor da Tapada e subsequente fase de discussão pública a publicação.

- Estudos setoriais

Os estudos setoriais são essenciais no âmbito da elaboração, alteração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Consideram-se contemplados neste projeto, os mapas de ruído e de redução de ruído, definição de zonas mistas e sensíveis, relatórios ambientais, relatórios de fatores críticos para a decisão, estudos geomorfológicos, hidrogeológicos, faunístico, cartografia de risco e outros estudos específicos, que se vão revelando necessários.

- Consultadoria Jurídica Externa

Esta consultadoria jurídica diz respeito ao apoio jurídico específico necessário para a revisão do PDM e assuntos diversos relacionados com PMOT e pontualmente com o licenciamento de obras particulares, que é um assunto igualmente sensível e importante para o Município.

- Ortofotocartografia e cartografia

Neste contexto, torna-se fundamental a atualização da cartografia existente em resultado da dinâmica mutacional existente no território, constituindo-se como ferramentas elementares para uma adequada gestão territorial.

- SMART CITIES

Esta ação visa o desenvolvimento de projetos em meio urbano, tendo por base a sustentabilidade dos territórios, promovendo-se um contexto urbano onde a mobilidade e a eficiência energética se centram no quotidiano dos cidadãos.

Iluminação

Neste âmbito, será de observar o que se dispõe no objetivo 08 “Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público”, particularmente no âmbito do programa “Energia”.

Urbanização

Neste âmbito estabelecem-se diversas intervenções de requalificação urbanística, particularmente nas cidades e nas vilas. Com particular relevo surge o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) estabelecido para a Área de Reabilitação Urbana definido na cidade de Ourém e que seguidamente se descreve.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

Em setembro de 2015, o Município de Ourém apresentou uma candidatura no balcão 2020 no âmbito do PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) a qual veio a merecer aprovação em 2016 representando um financiamento externo consignado na ordem dos 5,4 milhões de euros.

O Território dos vários planos a integrar pelo PEDU, nomeadamente o Plano Ação de Regeneração Urbana e o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, corresponde a parte da ARU da cidade de Ourém, englobando as duas centralidades históricas e a zona ribeirinha que as interliga (margem direita da ribeira de Seiça)

Neste âmbito, pretende-se reformular alguns dos projetos constantes no referido plano apresentando-se, seguidamente, os que respeitam a investimento municipal.

Principais investimentos previstos no âmbito do PEDU:

- a) Reabilitação do Antigo Mercado Municipal – Fórum Cultural e Terminal de Transportes

O edifício onde funciona a estação rodoviária é uma obra de Carlos Manuel Ramos, o arquitecto português que fez passar a história da arquitetura portuguesa do século XX pela cidade de Ourém. Carlos Ramos foi autor de duas importantes obras arquitetónicas do século XX na cidade de Ourém: As Casas dos Magistrados, na Rua Dr. Carlos Faria de Almeida, e a Estação de Autocarros de Ourém/Antigo Mercado Municipal. Ambas as obras estão referenciadas no *Inquérito à Arquitetura Portuguesa do Século XX*.

Por sua vez, a Biblioteca Municipal funciona atualmente em instalações não municipais e não programadas para o efeito. Não integra a Rede de Bibliotecas Públicas por não apresentar um conjunto de requisitos indispensáveis à respetiva integração, como a área insuficiente para os serviços. O edifício acolhe ainda o Arquivo Histórico Municipal, que, a curto prazo, também terá limitações de espaço. O programa/projeto “Fórum Cultural” contemplará a conexão espacial da Biblioteca e do Arquivo Histórico Municipais, na medida em que tal opção resultará numa otimização de espaços (com funções partilhadas), recursos humanos e financeiros (eletricidade...).

Deste modo, pretende-se reabilitar o edificado existente, mantendo a área comercial existente, promovendo um terminal de transportes e uma biblioteca municipal, tendo por base as seguintes premissas:

- ✓ O edifício pré-existente será parcialmente reabilitado, funcionando como espaço de memória de um arquiteto de referência com obra na cidade no século XX;

- ✓ O espaço revela grande centralidade na cidade e potenciará o alargamento da malha das dinâmicas culturais deste centro urbano;
- ✓ O programa/projeto deverá contemplar a conexão espacial da Biblioteca e do Arquivo Histórico Municipais, na medida em que tal opção resultará numa otimização de espaços (com funções partilhadas), recursos humanos e financeiros, além de contribuir para uma melhoria da prestação do serviço ao utilizador. A instalação de ambos os serviços neste edifício propriedade municipal resultará num benefício de custos a médio prazo, considerando que o Município deixará de pagar renda, circunstância que ocorre desde 1998.
- ✓ Esta solução será suportada por uma fusão e/ou contiguidade espacial de serviços comuns à Biblioteca e ao Arquivo, bem como a outras entidades/funções a instalar no edifício, como já foi referido. São exemplo as áreas de receção e atendimento dos utilizadores; receção e tratamento de documentos; consulta; depósito; arrumos; sala de reuniões; auditório; sala de pessoal; cafetaria; instalações sanitárias.

Biblioteca Municipal

Setor Público

- Átrio / Balcão (partilhado)
- Seção de Adultos (zona de empréstimo domiciliário e consulta local, zona de consulta local e referência, zona de periódicos, zona de autoformação, zona de atendimento).
- Seção infantil (zona de empréstimo domiciliário e consulta local, espaço para os mais pequenos/área de animação, arrumos, atendimento).
- Sala polivalente (partilhada)
- Sanitários (partilhados)

Setor privado / de acesso reservado

- Gabinetes de trabalho
- Sala de reuniões (partilhada)
- Sala de pessoal (partilhada)

- Recepção e manutenção de documentos (contígua)
- Depósito de documentos (contígua)
- Arrumos

Arquivo Histórico Municipal

Setor Público

- Sala de atendimento (partilhada)
- Sala de consulta (contígua)
- Sanitários (partilhados)

Setor privado / de acesso reservado

- Depósito de documentos de arquivo (contíguo)
- Sala de higienização/tratamento de documentos (contíguo)
- Gabinetes de trabalho
- Arrumos

Terminal de Transportes do Centro da Cidade

O atual Interface de Transportes Rodoviários está localizado no edifício do Antigo Mercado Municipal, cujo grau de degradação não confere condições adequadas aos seus utilizadores.

Complementarmente, o estacionamento de autocarros é efetuado neste território, numa localização privilegiada e central da cidade, pelo que esta valência não deverá ficar vertida no projeto a executar, limitando o espaço disponível ao estritamente necessário para a tomada e largada de passageiros.

O terminal deverá dispor de duas zonas que embora interligadas, funcionarão como espaços autónomos (zona de público e zona de serviços/funcionários).

A sala de espera deverá constituir-se como um espaço amplo, na qual os utilizadores poderão usufruir de vários serviços, tais como, multibanco, telefones, internet, bilheteiras/informação/recepção. Em ligação estrita com a sala de espera, encontra-se o

gabinete do chefe da estação e dos operadores, assim como as instalações sanitárias do público. A zona de serviço/funcionários é constituída pela sala de descanso do pessoal, instalações sanitárias, balneários, vestiários e arrecadações.

b) Reabilitação do Cine-Teatro Municipal

Atualmente, o Cineteatro Municipal é o equipamento principal de apoio à dinamização cultural do concelho de Ourém. Todavia, o edifício carece de uma reestruturação que o adapte a exigências para a realização de espetáculos com determinadas características e que corresponda à legislação em vigor para o funcionamento deste tipo de espaços, sendo evidentes os condicionalismos funcionais existentes que inibem, significativamente, a dinâmica cultural local.

Deste modo, é necessária uma intervenção de recuperação da estrutura exterior e interior do edifício e de requalificação da sala de espetáculos, tornando-a apta a acolher espetáculos com diferentes graus de especificidades e exigência.

As intervenções principais consistem na ampliação do palco, camarins, circulação interna e arrumos, melhoria das condições de acústica e de equipamentos necessários à produção de artes do espetáculo. O projeto cénico contempla aquisições como: acessórios cénicos (varas, reguladores, cenas e cortinas), iluminação cénica e respetivo equipamento (caixa para circuitos, projetores), equipamento cénico eletrificado, luz de trabalho e espetáculo, sonorização, comunicação, amplificadores, vídeo, entre outros. O espaço será constituído por uma sala de espetáculos com capacidade para 441 pessoas.

Estima-se que a execução física deste investimento se possa iniciar em setembro de 2018, com uma duração de execução da empreitada de 18 meses.

c) Reabilitação do Castelo e Paço do Conde (Conservação e Musealização)

O conjunto patrimonial Castelo e Paço do Conde é propriedade da Fundação da Casa de Bragança. Em 20 de junho de 2014 foi celebrado o protocolo de cooperação entre o Município de Ourém e a Fundação da Casa de Bragança (FCB), visando a valorização

dos monumentos património da FCB e da Vila Medieval. Conforme a Cláusula segunda, alíneas a) e f), compete ao Município assumir a gestão dos Espaços e formular candidaturas a programas de financiamento, com acordo com a FCB, por comodato ou outra figura jurídica similar, de modo a viabilizar a intervenção e sequente gestão pelo Município enquanto tutela.

O Município de Ourém justifica a prioridade de investimento neste conjunto monumental por três razões, seguidamente enquadradas e fundamentadas:

- o valor patrimonial do bem (Monumento Nacional);
- a urgência da sua conservação (riscos de perda da perenidade e integridade do bem, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro de 2001);
- as suas potencialidades científicas, culturais e turísticas, cuja valorização trará mais-valias de conhecimento, fruição e económicas para a região.

O valor patrimonial do Castelo e Paço do Conde

O conjunto monumental do Castelo e Paço do Conde tem a classificação patrimonial de Monumento Nacional (MN) por Decreto de 16-6-1910.

Castelo – Já existia no séc. XII. Sabe-se que no séc. XV D. Afonso, 4.º Conde de Ourém providenciou a sua recuperação.

Paço do Conde – Mandado construir por D. Afonso, IV Conde de Ourém por volta de 1450.

Urgência na conservação e restauro do conjunto monumental

Os edifícios do Castelo e Paço do Conde apresentam patologias que comprometem, a curto prazo, a salvaguarda do conjunto edificado.

Potencialidades

- *Potencialidade científica*

Em 2005 foram realizadas escavações arqueológicas no recinto interior do Castelo, que confirmaram vários períodos de ocupação humana desde a Pré-História até à Idade Moderna.

Acresce-lhe a dimensão arquitetónica e artística do Castelo e do Paço do Conde, bem como episódios e narrativas com densidade histórica (com escala nacional) que lhes são associados.

Tais circunstâncias confirmam o interesse científico do conjunto monumental e justificam-no como pólo incontornável de investigação e de conhecimento no contexto da História e da representação da identidade de Portugal.

- *Potencialidade cultural e educativa*

As condições físicas, monumentais e paisagísticas do conjunto Castelo e Paço do Conde são ideais para a dinamização de programas educativos e culturais diversificados, com qualidade e acesso democratizado.

- *Potencialidade turística*

A localização geográfica do Castelo e Paço do Conde no centro do país e a sua proximidade do Santuário de Fátima (a cerca de 15 minutos, por automóvel) confere-lhe uma situação turística privilegiada. Esta situação reúne condições para a captação de públicos para visitas temáticas complementares e alternativas ao turismo religioso de Fátima. A posição geográfica do conjunto monumental Castelo e Paço do Conde entre o Convento de Cristo (Tomar) e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) e a proximidade simultânea aos dois Monumentos Património da Humanidade favorece a sua integração na rota turística de cariz monumental da região. Congrega ainda aspetos históricos, artísticos e culturais contemporâneos e/ou conexos com os de ambos os monumentos mundiais, os quais reforçam o argumento da sua valorização como investimento integrado no território.

O conjunto Castelo e Paço do Conde inscreve-se num burgo amuralhado dotado de um acervo patrimonial rico e bem conservado. Estas características classificam a Vila

Medieval como um centro histórico que, já por si, é um importante pólo turístico, enquadrável em roteiros temáticos de Aldeias Históricas, Centros Históricos e outros conjuntos arquitetónicos preservados.

Valoriza-o ainda a dinâmica residente da Vila Medieval, na medida em que é um lugar permanentemente habitado e dinamizado pelas populações locais, o que configura uma mais-valia cultural e turística, com as comunidades a participarem na valorização dos patrimónios dos seus territórios, retirando dividendos económicos, sociais e culturais.

Programa de intervenção

Investigação, programação e projeto

Esta fase é prioritária e determinante para a concretização das fases seguintes. A sua concretização deverá compreender consecutivamente as etapas de:

- Estudo arqueológico, arquitetónico e histórico-cultural do conjunto monumental, diagnóstico das patologias e plano de intervenção, conceção do projeto arquitetónico e programa museológico de interpretação;
- Plano de conservação e restauro dos edifícios Castelo e Paço do Conde;
- Projeto de arquitetura e programa interpretativo dos edifícios, privilegiando a definição dos circuitos de visita, a segurança do património e visitantes e o acesso à informação.

A investigação servirá de suporte à valorização, devendo prosseguir através de campanhas arqueológicas (já iniciadas) e da pesquisa documental, designadamente nos arquivos da Fundação da Casa de Bragança.

Conservação e restauro do Castelo e Paço do Conde

São motivos de resolução de vários problemas estruturais, com destaque para: fissuras estruturais identificadas em várias zonas do castelo, dos torreões e torre central do Paço do Conde; a desagregação de materiais de construção (pedra, tijolo);

infiltrações nos torreões a sul (com danos para a conservação dos interiores); agentes biológicos de degradação e outros infestantes.

É ainda fundamental providenciar condições de segurança para o conjunto monumental e para os visitantes, considerando o risco atual dos circuitos de visita (risco de queda, piso inadequado, ausência de guardas) e de exposição dos monumentos (vandalismo).

Musealização do Castelo e Paço do Conde

O programa de musealização do Paço do Conde confere uma resposta informativa e cultural ao visitante sobre a narrativa histórica, artística-arquitetónica e cultural do conjunto patrimonial. Mas também deverá assentar numa funcionalidade contemporânea que corresponda aos interesses dos cidadãos.

O projeto de valorização do conjunto monumental Castelo e Paço do Conde de Ourém é da responsabilidade do arquiteto João Lino (com adjudicação pela Fundação da Casa de Bragança), com base no programa museológico consertado com o Município de Ourém.

A programação das intervenções aponta para a seguinte versão:

- CASTELO
 - Consolidação e limpeza das torres do castelo
 - Regularização dos adarves
 - Execução de escada e passadiço metálico
 - Instalação de centro de interpretação na torre sul com execução de cobertura transparente e pavimento reversível.
- PAÇO DOS CONDES
 - Consolidação e limpeza geral do edifício
 - Regularização dos adarves e instalação de cobertura
 - Instalação de um espaço museológico, com programa interpretativo e expositivo, área de receção, instalações sanitárias, sala polivalente, áreas de apoio.

- TORREÃO NASCENTE
 - Consolidação e limpeza geral do edifício
 - Instalação de salas de serviço educativo/cultural
 - Ligação em estrutura aligeirada ao túnel do Paço
- TORREÃO POENTE
 - Consolidação e limpeza geral do edifício
 - Instalação de áreas de apoio às dinâmicas culturais e educativas
- ARRANJOS EXTERIORES
 - Limpeza e arranjo do pátio norte do Paço, melhorando o acesso ao Castelo

Comunicação e dinamização do Castelo e Paço do Conde

Neste contexto, torna-se fundamental estabelecer um plano de comunicação/projeção turística do Castelo e Paço do Conde (designadamente com: materiais de divulgação específicos sobre a vila; produção bilingue dos conteúdos de interpretação dos espaços; reforço da programação cultural regular, eclética e consonante com a identidade do monumento).

Estima-se que a execução física deste investimento se possa iniciar no decurso do segundo semestre de 2018, com uma duração de execução da empreitada de 24 meses.

d) Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira

No âmbito do Parque da Cidade António Teixeira, o Município de Ourém pretende criar condições para expandir para poente o percurso do parque ao longo da ribeira de Seixa, até à zona a Rua Marquês de Valência.

A ribeira deverá ser objeto de intervenções de limpeza, consolidação e regularização das suas margens.

e) Reabilitação do Jardim de Le Plessis-Trévisé

O jardim é atualmente delimitado pela Av. Dom Nuno Álvares Pereira, pela Praça do Município e pelo Edifício do Tribunal.

Antes da designação de jardim de Le Plessis-Trévise ele próprio era a Praça do Município. Na década de 70 do século passado era ainda um espaço amplo em terra, um terreiro de usos vários. Rodeado por alguns edifícios de habitação e comércio foi o espaço de encontros e de conversas, onde se esperava pela “camioneta” e, também onde se armava a grande tenda do circo e o recinto de touradas. Na década de 80 terá sido feita a intervenção que o transformou definitivamente no espaço com a forma atual, de desenvolvimento em dois patamares a cotas diferentes (desnível de cerca de 3 m). A plataforma inferior ocupada por um jardim de desenho geométrico de canteiros rectangulares, delimitados por bucho e ocupados por relva, flores e árvores. Ao centro o monumento constituído por elemento escultórico e jogos de água, de homenagem ao povo de Ourém, com os seus 800 anos de história.

A intervenção pretendida tem como objetivo central, a reabilitação deste espaço de modo a que ele possa assumir, em definitivo, a sua vocação como principal praça da cidade e centro cívico, espaço público de excelência e “condensador” social.

Para tal será necessário desenvolver um projeto que consiga, respeitando o espírito do local e o seu papel simbólico, libertá-lo dos elementos supérfluos, e com generosidade e simplicidade criar uma área ampla e confortável aos usos, e que esteja devidamente articulada com a envolvente.

Este espaço deverá ser flexível e versátil, podendo acolher com conforto tanto as vivências do quotidiano como as multidões convocadas em datas de exceção.

f) Reabilitação da Av^a. D. Nuno Álvares Pereira

A Avenida D. Nuno Álvares Pereira constitui um dos arruamentos estruturantes da cidade de Ourém, sendo importante como via de atravessamento e de distribuição local.

O presente projeto de arranjo geral integra-se na intervenção global de requalificação urbana desta avenida, desde a rotunda na interseção com a Rua dos Álamos até à saída em direção a Tomar (EN 113), numa extensão de cerca de 1 300 m, estando atualmente em execução, prevendo-se a sua conclusão no decurso de 2018.

OBJETIVOS

Após avaliação da situação no local e tendo em conta os condicionalismos em presença, definiram-se como objetivos a considerar na intervenção, os seguintes:

1. Reordenamento do espaço disponível através da definição de um perfil geral bem como de um conjunto de soluções construtivas/materiais adaptáveis às várias larguras do perfil da avenida, e que possam funcionar como elemento unificador para todo o espaço a tratar;
2. Compatibilização dos requisitos da circulação automóvel com as necessárias condições de dignidade, segurança e acessibilidades para a circulação pedonal;
3. Integração do estacionamento na solução geral, em faixa lateral à via e em algumas bolsas onde o espaço disponível o permita;
4. Substituição da debilitada arborização existente por nova arborização, integrada na solução de arranjo geral, como elemento de amenização ambiental e de enquadramento do espaço urbano.

Aspetos gerais

Como base foi definida uma plataforma de 7,0 m para circulação automóvel em dois sentidos. O resto do espaço disponível será repartido pelos dois passeios. Sempre que possível foram introduzidas áreas de estacionamento e arborização nos passeios. O estacionamento paralelo à via implica deslocar o atual eixo da plataforma de circulação. Todo o arranjo foi compatibilizado com os necessários acessos às propriedades particulares que atravessam os passeios.

Todas as passadeiras de peões serão marcadas por pavimentos em cubos de pedra em duas tonalidades contrastantes: calcário branco e granito cinza escuro. As que se situam fora de cruzamentos semaforizados serão sobrelevadas 7 a 8 cm e dotadas de rampas com 2,0 m de projeção horizontal e inclinações na ordem dos 3,5%. Na concordância com o nível dos passeios existirão também zonas de rampa com largura de 1,0 m e inclinação de 8%.

Soluções construtivas e materiais

O pavimento da parte rodoviária foi sofrendo sucessivas recargas ao longo dos anos, pelo que a atual faixa de rodagem se encontra, em muitos pontos, quase ao nível dos passeios. Por outro lado, há diversas zonas com abatimentos. Esta componente dos pavimentos viários está tratada em projeto de especialidade.

Nos passeios os pavimentos são em calçada que se encontra polida pelo uso e, apresentam-se deformados por diversos abatimentos que se foram somando ao longo dos anos.

Os passeios irão ser refeitos tendo em conta a necessidade de respeitar as cotas de soleira existentes e o arranjo e dependentes pretendidos. Na maior parte da área irão manter-se os níveis próximos dos existentes. Nos casos em que estão previstos acertos altimétricos foram elaborados desenhos específicos (áreas tipo/específicas do Arranjo Geral, e cortes transversais na parte da Rede Viária).

Em termos de perfil transversal, e no geral, pretende-se assegurar pendentes mínimas de 2,5% na via, em estacionamento e em passeios.

As soluções preconizadas em termos de materiais são as seguintes:

- Na parte reservada à circulação automóvel mantém-se a solução em pavimento betuminoso, a tratar conforme definido em projeto de especialidade;
- As áreas de estacionamento serão em cubo de 9/11 cm de granito cinza escuro e separadas da via por lancil guia de 10 cm de Granito Cinza Alpalhão, com o topo superior em acabamento flamejado;

- Os passeios são delimitados por lancil em pedra de Vidraço de 20 cm de largura, o pavimento será em cubo 4/6 cm de calçada branca de Vidraço, e será mantida a atual delimitação por duas faixas de 4 fiadas de pedra preta cada uma delas, cubo de 4/6 cm, uma junto ao lancil e outra no limite com as propriedades particulares;
- Nos acessos às propriedades particulares o atravessamento da faixa de estacionamento será em cubo 9/11 cm, em faixas de 20 cm de largura alternando-se a pedra de Vidraço branco e o granito cinza escuro, facilitando a percepção dos condutores daquela zona como excluída da área de estacionamento. Para permitir a subida do passeio serão usados vários tipos de rampa, nomeadamente lancil rampeado em pedra de Vidraço com 40 cm de largura. A frente rampeada terá uma largura útil de 3,0 m. No atravessamento do passeio será usado cubo 9/11 cm de pedra branca de Vidraço o que irá permitir uma diferença de textura sem interromper a cromática e enfatizando a primazia do peão neste espaço. O atravessamento será balizado pela aplicação de duas fiadas de cubo 9/11 cm de pedra branca de Vidraço e um pilarete de cada lado;
- As zonas das passadeiras serão em cubo 9/11 cm de granito cinza escuro e pedra branca de Vidraço. Terão uma largura total de 10 m: 4 m para a passadeira propriamente dita, mais 2 m de rampa para cada lado, e mais 1 m de cada lado para marcação da linha de paragem. Na aproximação à passadeira será rampeado o passeio, e colocados pavimentos com pisos de alerta e direcional, em conformidade com a normativa sobre acessibilidades;
- Na frente de acesso aos bombeiros irá manter-se o lancil de 20 cm de largura em pedra branca de Vidraço em colocação rebaixada para o nível do betuminoso (apenas com espelho de 2 cm) sendo a zona de passeio em cubo 9/11 cm de pedra de Vidraço branco;
- Existe neste troço da avenida uma paragem de autocarro que se irá manter ainda que localizada de acordo com o novo arranjo. Na paragem de autocarro, no lado norte, é criada uma plataforma em lajeta de Granito Cinza Alpalhão (acabamento flamejado) que faz o prolongamento do passeio para dentro da linha de estacionamento de modo a permitir a imobilização do autocarro parcialmente na faixa de rodagem e na de estacionamento. Deste modo

consegue-se manter a circulação na via e minorar a redução no número de lugares na faixa de estacionamento.

Mobiliário urbano

Sendo a intervenção numa das principais ruas da cidade de Ourém a escolha do mobiliário urbano procurou conciliar a dignidade dos equipamentos com a simplicidade e a necessidade de manter os custos num nível controlado.

Desta forma o mobiliário urbano escolhido foi o seguinte:

- Pilaretes/disuasores – do tipo URBELAB mod. Step fixo, ou equivalente;
- Grelhas para caldeira de árvore – do tipo URBELAB mod. Nuno Álvares Pereira, ou equivalente;
- Grelha para caldeira de árvore c/ banco integrado – do tipo URBELAB mod. Nuno Álvares Pereira c/ banco de assento curvo integrado, ou equivalente;
- Equipamentos de recolha de resíduos – embora o fornecimento destes equipamentos não faça parte desta empreitada, foi previsto no arranjo geral a manutenção dos dois contentores de resíduos existentes, bem como a colocação de um ecoponto.

Arborização e áreas verdes

Face ao debilitado estado da arborização existente foi prevista a sua substituição. Como tal está contemplada a remoção das árvores existentes e o seu transporte e acondicionamento no estaleiro municipal, e a plantação de novas árvores.

A arborização nova será composta por duas espécies: Liquidâmbar (*Liquidambar styraciflua*) e Tulipeiro-da-virgínia (*Liriodendron tulipifera*). A plantação será feita misturando as duas espécies aleatoriamente, conforme indicado em desenho, e com um compasso de 8,25 m (correspondente a 1,5 lugares de estacionamento).

As covas para plantação serão protegidas nos seus quatro lados e na sua profundidade (1,1 m), por chapa de aço galvanizada ondulada com 0.5 mm espessura, a fim de minimizar interferência das raízes com as redes de infraestruturas.

Nas caldeiras para plantação das árvores optou-se por um modelo com formato sobre o comprido para reduzir o seu impacto na largura livre do passeio. As caldeiras serão protegidas por uma grelha de aço pintado, permitindo a colocação dos tutores, necessários na primeira fase de crescimento das árvores. Onde se justifique criar zonas de estadia, caso da zona de paragem de autocarro, o sistema de grelhas previstas irá incluir a colocação lateral de um ou dois bancos individuais.

Irão existir igualmente algumas zonas de canteiros onde serão plantados arbustos. Tanto a arborização como os canteiros serão dotados de sistema de rega

Iluminação pública

A colocação da iluminação pública teve em conta o arranjo geral. As colunas serão colocadas no passeio do lado norte, em alinhamento com a arborização.

Sinalização

Na sinalização integram-se a sinalização horizontal e vertical.

- g) Reabilitação do espaço público da Vila Medieval

Valorização dos circuitos pedonais e revisão do circuito rodoviário

A escassez de sinalética direcional é uma das lacunas identificadas na deslocação de potenciais turistas. É necessário reabilitar circuitos pedonais no seio da Vila, como por exemplo o caminho pedonal entre a Rua de São João e a Rua da Saudade (junto do parque de estacionamento poente do castelo).

Paralelamente, deverão ser implementadas medidas de segurança no interior das muralhas, e rever o trânsito rodoviário intra-muralhas, acautelando acidentes e melhorando o fluxo (rodo)viário.

Iluminação pública da Vila Medieval e dos monumentos nela inscritos

O projeto de iluminação pública da Vila Medieval de Ourém foi implementado nos anos 2005 e 2006. Não obstante, a valorização do conjunto monumental do burgo pressupõe um projeto integrado da iluminação dos monumentos que o integram. Neste processo encontram-se executadas as iluminações cénicas do pelourinho, da galeria municipal, da cisterna do castelo, da cripta do 4.º Conde de Ourém e do o espaço exterior que medeia a antiga colegiada e os sanitários públicos.

Nesta sequência, deverá prosseguir um plano integrado da iluminação cénica a projetar para os monumentos da Vila Medieval, o qual deverá conciliar a salvaguarda do património, a valorização e cenografia da sua monumentalidade e responder às necessidades de segurança dos cidadãos.

Outros investimentos relevantes inseridos neste objetivo:

- Entradas de Fátima (Fátima/Loureira)

Esta rede viária é uma das principais vias de acesso a Fátima, particularmente no que concerne a peregrinos, sobretudo, com origem no norte do país e revela não só uma evidente degradação, mas uma agravada perigosidade para todos os seus utilizadores, seja na circulação pedonal, ou mesmo na circulação rodoviária.

A via caracteriza-se por: falta de marcações rodoviárias horizontais; sinalização vertical desadequada; ausência de passeios (existindo pequenos troços), pavimento descontínuo e degradado, com inúmeros abatimentos; bermas por pavimentar, estacionamento desordenado, iluminação deteriorada, cablagem aérea, ausência de equipamento/mobiliário urbano e falta de enquadramento paisagístico.

Desde modo, urge promover uma intervenção que confira, desde logo, maior segurança e comodidade, mas que também requalifique urbanisticamente esta via do domínio público, conferindo-lhe um contexto estético e funcional que dignifique a imagem da cidade e concomitantemente, melhore a qualidade de vida dos que nela residem.

A intervenção a promover compreende o troço entre a rotunda norte, em Fátima e o limite do concelho, na ligação ao concelho de Leiria, num troço de aproximadamente 1Km.

Esta intervenção deverá iniciar-se, no decurso do último trimestre de 2018.

- Rua Dr. Francisco Sá Carneiro (Ourém)

A Rua Dr. Francisco Sá Carneiro em Ourém é uma das principais vias estruturantes da cidade, enquanto acesso a importantes equipamentos como são o terminal rodoviário, o Cineteatro, as piscinas, o Centro de Negócios, o Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira, o mercado municipal e a PSP.

Esta via encontra-se manifestamente degradada, evidenciando ainda lacunas evidentes ao nível de águas pluviais, em algumas áreas, circunstância que exponencia a deterioração do pavimento.

Por outro lado, numa zona de particular intensificação comercial, como é troço lateral ao cineteatro, o perfil viário não apresenta condições que permitam a circulação pedonal, tal a reduzida dimensão do passeio. Acresce ainda que as cargas e descargas que, não estão devidamente formalizadas, apresentam também constrangimento à circulação dos peões.

Complementarmente, enquanto via de circulação e eixo alternativo de atravessamento Este-Oeste, importa considerar esta via no seu contexto, incluindo na intervenção a Rua Dr. Neves Eliseu, ou seja, até ao cruzamento com a Av. dos Bombeiros Voluntários de Ourém.

A intervenção a estabelecer enquadra-se numa requalificação e reperfilamento numa parte significativa da sua extensão, conferindo um ambiente urbano que incremente o sentido funcional e estético, em observância à segurança e conforto na sua circulação e usufruto, num cumprimento total de cerca de 700 metros. Considerando que, atualmente, esta é uma via alternativa ao condicionamento rodoviário existente na Av. D. Nuno Álvares Pereira, esta empreitada só será deverá iniciar-se após conclusão da

empreitada em curto na referida via. Deste modo, prevê-se a sua execução no início de 2019.

6.6 – Saneamento e Salubridade

Saneamento

O saneamento básico é um serviço público de interesse geral, que na área do Município ainda apresenta uma reduzida taxa de cobertura. Deste modo, será fundamental desenvolver uma rede de infraestruturas de saneamento, com o intuito de aumentar a qualidade ambiental dos recursos hídricos existentes. Por outro lado, urge remodelar e redimensionar algumas redes existentes, nomeadamente em Fátima, pois a forte pressão demográfica existente neste local, induz a necessidade de se proceder à adequação das infraestruturas existentes à procura atual e tendencial.

Após a anulação do concurso de concessão promovido anteriormente, será necessário aguardar pelas novas perspetivas de apoios financeiros particularmente no que concerne a fundos comunitários, considerando que sem a garantia de financiamento externo, não será exequível garantir os elevados volumes de investimento necessários promover nesta área.

A estratégia do *PENSAAR 2020* deixou de estar centrada na realização de infraestruturas para o aumento da cobertura, e passou agora a focalizar-se na gestão dos ativos, seu funcionamento e na qualidade dos serviços prestados com uma sustentabilidade abrangente, requerendo uma nova conceção.

No âmbito de candidaturas aprovadas no âmbito do ciclo urbano da Água, serão iniciadas em 2018, duas empreitadas de ampliação das redes de drenagem de águas residuais, uma referente à Freguesia de Fátima (Casa Velha, Eira de Pedra e Fátima Sede), e outra nas localidades de Espite, Matas e Cercal.

Ainda neste âmbito, pretende-se que seja aprovada candidatura para os territórios da União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais e União de Freguesia de Rio de Couros e Casal dos Bernardos.

Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

As despesas com a recolha, transporte, tratamento de RSU's, bem como de limpeza urbana, assumem uma particular relevância no contexto dos encargos correntes deste município.

Ao nível estratégico destaca-se a publicação do PERSU 2020, em Diário da República, pela Portaria n.º 187-A/2014, publicada em DR (I Série) n.º 179, de 17 de setembro de 2014.

A estratégia para os resíduos, preconizada neste Plano, é assumida mantendo o objetivo de garantir um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de processos, tecnologias e infraestruturas adequadas. Promove ainda a minimização da produção e da perigosidade dos resíduos e procura integra-los nos processos produtivos como materiais secundários por forma a reduzir os impactes da extração de recursos naturais e assegurar os recursos essenciais às nossas economias, ao mesmo tempo que se criam oportunidades de desenvolvimento económico e de emprego (**Fonte:** Agência Portuguesa do Ambiente).

O PERSU 2020 também estabelece metas para o sistema multimunicipal da Valorlis:

- i. Meta Mínimo de Preparação para Reutilização e Reciclagem – 38% de RU recicláveis;
- ii. Meta Máximo de Deposição de RUB em Aterro – 50% de RUB produzidos;
- iii. Meta de Retomas de Recolha Seletiva – 42% Kg per capita por ano.

A Valorlis foi criada a 6 de agosto de 1996, pelo Decreto-Lei 116/96, é uma empresa participada pela EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A. e pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, sendo responsável pelo transporte em alta e tratamento de resíduos sólidos urbanos e por todo o sistema que envolve os resíduos sólidos urbanos recicláveis, tendo um contrato vigente por 25 anos.

Com a publicação do DL n.º 100/2014, de 02/07, com o objetivo de introduzir as adaptações necessárias para a entrada de iniciativa privada, a Valorlis passou a ter um contrato vigente até 2034, passando a ser exequível a entrada de capitais privados.

A SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A através de um contrato de prestação de serviços celebrado em 1995, renegociado em 2011 e depois de em 2016, por decisão do Tribunal Arbitral ter ficado definida uma prorrogação do contrato por mais de 5 anos, é responsável pela recolha e transporte até à estação de transferência da Gondemaria (ETG) de resíduos sólidos urbanos e pela limpeza urbana. A referida entidade é ainda responsável pela limpeza urbana.

Importa salientar que a diminuição das despesas decorrentes deste programa estão diretamente dependentes da alteração dos hábitos dos cidadãos que influem neste âmbito, designadamente em matéria de reciclagem e de tendências de consumo.

Para além do PERSU 2020, está aprovado o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos que vincula os municípios à adaptação dos seus tarifários ao regulamento, bem como a uma convergência tarifária em 5 anos, isto é até 2019.

Higiene Pública

No âmbito deste programa prevê-se a construção de um edifício para recepção dos animais, ficando aos cuidados do município pelo prazo legalmente estabelecido, após o qual, não tendo sido exequível a sua devolução ao seu eventualmente dono, serão transferidos para centro de acolhimento intermunicipal, pelo que também se prevê a aquisição de viatura adequada para o seu transporte.

Cemitérios

Em resultado da perspectiva de rutura, a breve prazo, do Cemitério Municipal situado na cidade de Ourém, urge promover a sua ampliação, tendo em vista a disponibilização de mais espaço.

6.7 – Proteção Civil

O Centro Municipal de Proteção Civil é uma estrutura permanente de direção que pretende garantir a coordenação e a articulação com todos os agentes de proteção civil municipal integrantes do sistema de proteção e socorro, assegurando a coordenação e o controlo das situações de âmbito municipal que, pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver, requeiram a sua intervenção, acompanhando em permanência a situação operacional no domínio das entidades integrantes ao Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, apoiando técnica e operacionalmente o Município de Ourém e desenvolvendo cenários simulados de emergência, onde se testam e exercitam planos de contingência.

Na área territorial adstrita a este Município existem 3 corporações de bombeiros, designadamente, Associação Humanitária do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caxarias, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém. A corporação de Ourém tem ainda duas secções destacadas, sitas nas localidades de Espite e Freixianda. Consequentemente, importa harmonizar de forma articulada a coordenação e distribuição dos meios afetos a cada corporação, maximizando-se os recursos e potenciando-se a sua eficácia.

Relativamente ao apoio financeiro ao funcionamento das corporações de bombeiros existentes na área territorial do Município de Ourém, prevê-se aprovar no decurso de 2018, novos contratos de apoio ao funcionamento, para o período 2018/2021, perspetivando-se um incremento em 10% do valor regular atribuído. Importa ainda destacar o apoio previsto atribuir à A.H. B. V. Fátima para a instalação do novo quartel.

Ainda no âmbito da proteção civil, será relevante referir a previsão de uma despesa na ordem dos 250 mil euros para limpeza no âmbito das faixas de gestão de combustível, substituindo-se o município aos proprietários e outros produtores em incumprimento, prevendo posteriormente ações para o respetivo ressarcimento das verbas despendidas.

6.8 – Desenvolvimento Económico

Água

O Sistema de Abastecimento de Água à população é explorado pela empresa CGE(P) (atualmente Be Water S.A.) no âmbito do contrato de concessão celebrado em 1996. Em 2005, foi feita uma renegociação ao contrato existente, tendo o tarifário sofrido um aumento de modo a ser possível proceder à remodelação das infraestruturas, através de um Plano de Investimentos no valor de 15 milhões de euros.

Em 2011 iniciou-se a renegociação do contrato, tendo o processo sofrido alguns atrasos devido à complexidade do negócio e ausência de indicadores na fase de concurso.

Em 2014, após um longo período de renegociação, a empresa apresentou uma última proposta (em finais do 1.º semestre de 2014), a qual sendo manifestamente divergente da proposta apresentada pela autarquia, derivou numa evidente falta de acordo.

Na sequência da audiência do dia 27 de outubro de 2015 do Tribunal Arbitral constituído para a resolução do conflito existentes entre o Município de Ourém e a Be Water, foi proferida a decisão arbitral que tem valor de sentença, que considera o seguinte acordo entre as partes:

- Alteração dos Anexos E1, H1, e L do Contrato de Concessão, de acordo com as novas redações;
- O tarifário previsto no Anexo H2, a preços constantes de 2012, a atualizar a 2015, passar a vigorar em 01/12/2015;
- A empresa concessionária comprometer-se a suportar, relativamente ao tarifário social e de famílias numerosas, um valor máximo total de 120 mil euros por ano, sendo o restante suportado pelo MO;
- A empresa concessionária comprometer-se a pagar anualmente ao MO uma renda no valor de 50 mil euros, valor que vence no dia 31/12 de cada ano que respeita, tendo início em 2016, do qual deverá ser deduzida a importância de 1.500,00 euros anuais, destinada à realização de ações de sensibilização ambiental;

- Qualquer financiamento ou subvenção pública de investimento a realizar pela concessionária, designadamente através de fundos comunitários, determina o direito de reequilíbrio económico-financeiro do Contrato, o qual se repercutirá direta e imediatamente no tarifário, na proporção do investimento que a concessionária deixa de suportar.

O Plano de Investimentos previsto no Anexo E2 totaliza o montante de 3.410.705,00€ a preços constantes de 2004.

Energia

Neste âmbito, integrado no financiamento comunitário contratualizado na CIMT relativamente a Investimentos Territoriais Integrados, prevêem-se duas ações relativas à eficiência energética designadamente no âmbito da Piscina Municipal de Ourém e da Iluminação Pública, com as quais se almejam induzir poupanças no consumo energético associado.

Turismo

Neste programa, tem como referência o investimento previsto a efetuar na Vila Medieval de Ourém, o qual se encontra incluído no objetivo 05 (Habitação e Urbanismo), porquanto integra o PEDU.

Ainda no âmbito do turismo serão de referir o projeto inerente aos Caminhos de Fátima no qual se pretende requalificar os caminhos do peregrino existentes no Concelho, bem como duas candidaturas ao Turismo de Portugal:

- Ourém/Fátima – Destinos Turísticos Acessíveis

Além de exigir às cidades uma adaptação constante, a globalização tem incitado à implementação de novos serviços e ofertas através do uso de novas tecnologias de informação e comunicação. De facto, o recurso a estas ferramentas torna as cidades mais interessantes e acessíveis, quer para a população residente quer para o turista, pois permite o desenvolvimento e a criação de novos serviços, a interligação de

diversas entidades, o rápido acesso a informação e o acolhimento inclusivo de pessoas com necessidades especiais.

De facto, a integração de novas tecnologias em zonas/percursos turísticos pode contribuir para o enriquecimento de experiências turísticas, melhorando a competitividade desses destinos turísticos, a eficiência dos serviços disponibilizados pelas cidades, bem como a qualidade de vida da população residente.

Um destino turístico para ser acessível, carece de um conjunto de componentes associado ao produto turístico, na qual se destaca a disponibilidade de informação adequada a todas as pessoas, incluído aquelas com necessidades especiais. Tornar um destino mais acessível permite alavancar as valências desse mesmo destino, desde logo pela melhoria da sua competitividade, a diminuição da sazonalidade e o aumento da procura turística.

O presente projeto visa a instalação de equipamentos interativos de informação turística com conteúdos digitais nas cidades de Ourém e de Fátima. Estes equipamentos serão instalados nos seguintes locais:

- 1 equipamento interativo *outdoor* de informação turística no Terminal Rodoviário de Fátima;
 - 1 equipamento interativo *outdoor* de informação turística na Vila Medieval de Ourém;
 - 1 equipamento interativo *outdoor* de informação turística em frente ao edifício dos Paços do Concelho;
 - 1 mesa interativa no Museu Municipal “Casa do Administrador” com capacidade de reconhecimento de múltiplos toques. Esta mesa irá dispor dos seguintes conteúdos: mapa interativo, roteiro interativo e visitas virtuais.
-
- Implementação de Rede WIFI em Fátima

A utilização massiva dos dispositivos móveis poderá ser considerada uma revolução tecnológica de grande repercussão. Esta crescente utilização leva a que estes

dispositivos assumam hoje a maioria dos sistemas computadorizados de acesso à internet. Os dispositivos móveis possibilitam aos utilizadores o fácil acesso à informação, a qualquer hora e em qualquer local do mundo e a evolução tecnológica permite a um qualquer utilizador estar conectado e obter informação atualizada ao segundo.

Esta realidade veio revolucionar igualmente o setor do Turismo. Desde logo, veio facilitar o acesso à informação pelo Turista. Estudos realizados demonstram que os turistas fazem cada vez maior uso de smartphones e tablets para realizarem as pesquisas sobre as suas viagens, superando a utilização em computadores tradicionais.

Além disso, são cada vez mais os turistas que, munidos do seu smartphone, procuram informação já no seu destino turístico. Este smartphone torna-se numa peça imprescindível na mala de viagem dos turistas, assumindo desta forma grande importância ao permitir a obtenção de informação, de forma fácil e cómoda.

Conscientes desta realidade são cada vez mais os agentes turísticos (agentes de viagem, hotéis, restaurantes, agentes de animação, entre outros) que disponibilizam informação ao turista pela via digital.

Estas ferramentas tecnológicas tornam-se também num verdadeiro aliado no desenvolvimento e promoção dos destinos turísticos, tanto para utilização dos visitantes como da população residente. A aplicação destas ferramentas permite a fácil disponibilização de informação, a divulgação de serviços disponíveis e a partilha / troca de experiências entre os utilizadores.

No entanto, para que esta realidade possa ocorrer torna-se essencial a existência de uma rede de internet que possibilite uma boa conexão entre os utilizadores. E isso é possível através da implementação de redes Wi-Fi de qualidade.

Neste sentido, o presente projeto visa a instalação de uma rede Wi-Fi de qualidade na cidade de Fátima, nomeadamente nos locais com maior afluência de turistas: a Av. D. José Alves Correia da Silva (principal Avenida de Fátima), tendo como epicentro o

Posto de Turismo da cidade; e as ruas contíguas ao Santuário: Rua João Paulo II e Rua Padre Manuel Nunes Formigão.

Complementarmente a este projeto, perspectiva-se a implementação de redes WIFI na Vila Medieval, em diversos espaços públicos na cidade de Ourém, em edifícios municipais e ainda em todas as sedes de Freguesia.

Feiras e Mercados

Nesta área, destaca-se a dinamização da tradicional Feira de Santa Iria, numa configuração que reinvente a sua dinâmica compatível com os tempos atuais, tornando-a atrativa para todas as faixas etárias, num verdadeiro evento de encontro de gerações e vivências.

Apoio ao tecido empresarial

Start UpOurém

No âmbito de um acordo com a NERSAL (Associação Empresarial da Região de Santarém), será instalada a Start Up Ourém no primeiro piso do ex-edifício do CRIO. Deste modo, o município irá promover a requalificação do imóvel e a NERSANT a gestão da Start Up, transitando também para este espaço os serviços da instituição.

O espaço deverá ter condições para albergar entre 20 a 25 empresas, dando condições de atração a empresas que se estejam a iniciar no mercado, fomentando o empreendedorismo e o desenvolvimento de novas iniciativas empresariais.

Zonas Industriais e de Localização Empresarial

No âmbito do investimento municipal serão de destacar a área de localização empresarial em Freixianda, a beneficiação da zona industrial de Casal dos Frades e a zona industrial de Urqueira.

Outras ações de desenvolvimento

Neste contexto destaca-se a participação do Município nas ações inerentes à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, ou ainda diversas ações de apoio ao

emprego e particularmente no âmbito de estágios profissionais e programas de emprego inserção.

Será ainda de referir a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) previsto na Lei 53/2014, de 25 de agosto, com a alteração promovida pela LOE/2018, a qual estabelece uma redução das prestações anuais inicialmente previstas em 25%, 50%, 75% e 100%, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2010, respetivamente.

Reconhecendo-se a ACISO, enquanto parceira privilegiada no desenvolvimento da atividade económica concelhia e da sua promoção internacional, pretende-se estabelecer um protocolo de apoio financeiro que permita dotar a referida instituição de recursos que garantam o desenvolvimento de algumas iniciativas.

Ações de Cooperação

Neste programa estabelecem-se despesas relativas à cooperação com outros territórios sejam cidades geminadas/congéneres ou PALOP's, salientando-se, neste contexto, o desenvolvimento de estudos e parcerias relativas à Rede de Cidades Santuário.

6.9 – Comunicações e Transportes

No âmbito deste objetivo, será premente referir a enorme extensão de redes viárias municipais, facto que induz a necessidade premente de beneficiação das infra-estruturas existentes, induzindo a afetação de um elevado volume das despesas municipais a estes objetivos, as quais não estão expressas na sua totalidade nas Opções do Plano, considerando que uma parte significativa destas intervenções é efetuada com recurso à Administração Direta.

No ano económico de 2018, destacam-se as intervenções decorrentes de compromissos que transitaram de ano económico, identificando-se um conjunto significativo de vias municipais cuja intervenção se pretende efetuar a curto e médio prazo, circunstância complementada com a delegação de competências prevista estabelecer com as freguesias neste domínio de intervenção.

Será ainda equacionada a renovação de parte da frota de autocarros subjacentes ao transporte escolar, com recurso a contratos de locação financeira, considerando que, em resultado da lei vigente, no ano letivo em curso, algumas viaturas municipais, em virtude da sua antiguidade (> 16 anos), já não dispõem de licença para o transporte coletivo de crianças.

6.10 – Defesa do Ambiente

No âmbito deste objetivo surge como despesa de maior dimensão material a manutenção de jardins e espaços verdes, embora se perspetive a delegação de algumas competências neste âmbito para as freguesias.

Os projetos de investimento com maior relevância inseridos neste objetivo, consistem na reabilitação da Mata Municipal em Ourém, na criação do Parque da Cidade de Fátima e no Percurso Pedestre da Rota das Azenhas.

6.11 – Freguesias

Lei 75/2013

A Lei 75/2013, de 12 de setembro veio estabelecer no artigo 132.^o, que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia as seguintes competências das Câmaras Municipais:

- a) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;
- e) Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- f) Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior.

Deste modo, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º da lei em referência, as câmaras municipais e as juntas de freguesia, no prazo de 180 dias após a respetiva instalação, celebram um acordo de execução que prevê expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas no artigo anterior.

Complementarmente, reporta o artigo 115.º que deverão ser promovidos os estudos necessários (com as devidas adaptações) de modo a que a concretização da transferência de competências assegure a demonstração dos seguintes requisitos:

- a) O não aumento da despesa pública global;
- b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos;
- c) Os ganhos de eficácia;
- d) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º (aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis);
- e) A articulação entre os diversos níveis de administração pública.

Neste âmbito, a assembleia municipal, em 27 de junho de 2014, aprovou um protocolo de cooperação no domínio da rede viária e arruamentos, o qual estabeleceu uma transferência financeira anual para as freguesias de 700 mil euros (2015 a 2017, após 250 mil euros em 2014).

Em 2018, pretende-se estabelecer um novo protocolo de cooperação no domínio da rede viária e arruamentos, para o período de 2018/2021, equacionando-se o seu alargamento à área da manutenção dos espaços verdes, estando outras possíveis áreas em estudo.

Apoio ao investimento das Freguesias

As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.

Deste modo, prevê-se estabelecer diversos protocolos de cooperação financeira com as Freguesias, visando apoiar o seu investimento, surgindo com particular destaque as Casas Mortuárias e os Cemitérios.

6.12 – Instalações Municipais

Neste objetivo será de destacar o Edifício Multiusos de Caxarias. Este investimento visa dotar, num único espaço, a Vila de Caxarias com diversos serviços públicos, como a instalação da sede da Freguesia, Casa do Povo, de um posto de saúde e até mesmo de uma ludoteca, facultando à população um acesso versátil e diversificado. Complementarmente, importa sublinhar que esta infraestrutura permitirá criar espaços com outra polivalência, como a organização de eventos de cariz lúdico, cultural e social, bem como a promoção de atividades ligadas às dinâmicas locais.

O projeto em apreço será composto por dois pisos, o rés do chão e o piso superior, o que perfaz uma área útil de 1 477.30 m². Na disposição destes pisos, instalar-se-á a Casa do Povo, Centro Médico, uma ludoteca, a sede da Freguesia bem como uma Sala Polivalente com Cozinha e respetivos comuns.

Já contratualizado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, está a concretização do Centro de Saúde em Caxarias, estando garantido um financiamento de 105 mil euros. Será expectável que também se concretize um contrato de apoio financeiro com a ARSLVT para os Centros de Saúde de Alburitel, Olival e Caxarias, definindo uma comparticipação para cada um dos referidos equipamentos, em 75 mil euros, considerando que, atualmente neste âmbito, apenas se verifica a existência de um contrato de intenções.

No âmbito da modernização administrativa, será premente promover avultados investimentos nas áreas do equipamento informático e software, com particular atenção no que respeita à necessidade de se constituírem condições seguras e adequadas que garantam não só a integridade da informação municipal como a implementação de uma desmaterialização de processos e a simplificação,

transparência e facilitação do relacionamento desta autarquia local com os munícipes/cidadãos.